

Jornal Público

1. Na tarde de 16 de Maio, precisamente às 15.28, este Gabinete recebeu da jornalista Maria José Oliveira uma pergunta dirigida ao Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre a audição parlamentar ocorrida na véspera que concluía em tom imperativo: “Aguardo resposta até às 16h00, uma vez que a notícia será publicada na edição *online* do PÚBLICO”. Ou seja, era concedido ao ministro um prazo não superior a 32 minutos para atender a solicitação da jornalista. Prazo que, por motivos facilmente compreensíveis, não foi possível cumprir.

Sabemos que a pressa condiciona a informação produzida diariamente. Mas é precisamente este factor que mais contribui com frequência para a adulteração do rigor jornalístico, como aliás o Provedor do Leitor do PÚBLICO tem alertado em sucessivas ocasiões. “Por trás de um caso de má informação (para dizer o mínimo) estão sempre falhas mais ou menos graves no plano dos procedimentos profissionais”, escreveu o Provedor a 12 de Fevereiro, acentuando: “A referência à ‘pressão noticiosa’ é demasiadas vezes invocada para tentar justificar erros na verdade injustificáveis.”

2. É uma questão de tempo e de modo. Um tempo demasiado estreito e um modo excessivamente expedito são, em regra, inimigos da qualidade jornalística. Certamente isso explicará o erro grave cometido pela mesma jornalista do PÚBLICO ao redigir, na passada terça-feira, a notícia sobre a audição

parlamentar ao Ministro Miguel Relvas, que se prontificou a prestar à Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República, como aliás é seu dever, todos os esclarecimentos sobre o chamado ‘caso das secretas’.

O título dessa notícia era o seguinte: **“Relvas admite relatórios e propostas de nomes para as secretas.»** Um título que não correspondia à verdade: o ministro afirmou na referida comissão, pelo contrário, que nunca havia recebido qualquer relatório proveniente dos serviços de informações.

Após vários contactos efectuados por este Gabinete junto de responsáveis editoriais do PÚBLICO, que reconheceram o erro, o título foi alterado: “Relvas admite ter recebido propostas de nomes para as secretas”. A rectificação foi rápida, reconheça-se, mas o mal estava feito. Comprovando isso, é ainda possível ver esse incorrecto título inicial repercutido na Internet dado o efeito de colagem sempre associado à informação que circula em rede nos nossos dias. (Refira-se, a título de exemplo, o sítio contacto-latino.com/news/4498327/relvas-admite-ter-recebido-relatorios-e-propostas-de-nomes-para-as-publico-pt/).

3. Algo muito semelhante ocorrera no dia anterior, 14 de Maio. Uma notícia assinada pela mesma jornalista, sob o título **“Passos diz que Relvas ‘negou’ ter ligações a Silva Carvalho”**, garantia no *lead* que **“isso contradiz a acusação do Ministério Público”**.

As alterações subsequentes, impostas pela necessidade de conferir rigor ao texto pelos responsáveis editoriais do PÚBLICO, especificavam que o primeiro-ministro desconhecia a existência de “estreitas relações políticas” entre as personalidades visadas

e deixavam cair a alegada contradição com o despacho acusatório do Ministério Público.

Também neste caso, no entanto, o mal estava feito. Sítios da Internet, como o Citador, mantêm a versão original. Como aqui pode ser confirmado: www.citador.pt/noticias/news/passos-diz-que-relvas-%E2%80%9Cnegou%E2%80%9D-ter-ligacoes-a-silva-carvalho.

4. O PÚBLICO tem vindo a publicar, sempre com a assinatura da mesma jornalista, várias peças noticiosas tendentes a construir uma narrativa que os factos não confirmam em pormenores decisivos. Seguem-se alguns títulos, por ordem cronológica: “Silva Carvalho enviou plano de reforma das secretas a Miguel Relvas” (9 de Maio); “Passos desconhece que Relvas tenha ‘estreitas relações políticas’ a Silva Carvalho” (14 de Maio); “Relvas não considerou ‘relevante’ informar Passos sobre mensagens de Silva Carvalho” (15 de Maio); “Relvas admite ter recebido propostas de nomes para as secretas” (15 de Maio).

A notícia de 9 de Maio, por exemplo, fazia alusão específica ao alegado envio pelo Dr. Jorge Silva Carvalho, na sequência das eleições legislativas de 5 de Junho de 2011, de “um relatório detalhado com um plano para reformar os serviços de informação”. Uma alegação que o ministro negou categoricamente na comissão parlamentar, à qual compareceu com a prontidão que o respeito institucional que a Assembleia da República lhe merece. A jornalista, no entanto, interpretou este facto muito à sua maneira escrevendo que “[o ministro] não negou ter recebido o projecto, que consta dos autos do inquérito”.

Na mesma linha, a peça que ocupa toda uma página na edição impressa de 15 de Maio é construída em grande parte pela negativa, sempre num estilo de “jornalismo interpretativo” que tantas vezes tem sido alvo de reparos por parte do Provedor do Leitor do PÚBLICO. Alguns exemplos: “Relvas não disse até quando recebeu aquelas informações”; “não especificou se foi nessa altura que se encontraram”; “não respondendo por que motivo não pediu a Jorge Silva Carvalho para lhe deixar de lhe enviar *emails* e sms”; “cerca de uma hora depois recordou-se”; “informou, face à insistência do PCP e do BE”; “mais tarde, porém, afirmou”; “durante a audição, não faltaram referências elogiosas a Silva Carvalho. Relvas foi o primeiro a fazê-lo”.

A técnica é conhecida: construir um quadro narrativo inicial e tudo fazer depois para que a realidade se adapte a esse quadro.

Só isto parece explicar que esta notícia tão extensa omita algo muito relevante como o facto de o despacho do Ministério Público, segundo foi referido noutros órgãos de informação, não conter uma única referência ao nome do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, que aliás já tomou a iniciativa de solicitar essa confirmação junto da magistrada titular do processo, conforme foi tornado público.

Só isso parece explicar também que a extensa peça jornalística de 15 de Maio contenha outra omissão relevante: os *clippings* terão sido distribuídos pelo Dr. Jorge Silva Carvalho a dezenas de personalidades – como, a título de exemplo, o jornal *i* noticiou na sua edição de 14 de Maio, especificando os eventuais destinatários – enquanto o PÚBLICO menciona apenas, e com insistência, o nome do actual Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, na altura secretário-geral do PSD.

5. Voltando ao princípio. O *email* recebido neste Ministério às 15.28 do dia 16 de Maio fez-nos recordar as palavras sensatas e avisadas do Provedor do Leitor, a 12 de Fevereiro: “Não é aceitável que o PÚBLICO alegue que ‘vai publicar amanhã’ uma notícia para tentar impor seja a quem for um prazo de poucas horas para obter uma resposta, independentemente da sua disponibilidade, prioridades e até do tempo razoável para consultar documentação respeitante a mais de uma década. Não é sério e não é, a meu ver, um modo leal de fazer jornalismo.” Neste caso com uma agravante: o “ultimato” da jornalista esgotava-se em 32 minutos...

MENSAGENS TROCADAS ENTRE O PÚBLICO E O ASSESSOR ANTÓNIO VALLE

Todos os esclarecimentos sobre este assunto foram oportunamente prestados em sede própria, ou seja, na 1ª Comissão Parlamentar.

O Ministro-adjunto reafirma que só conheceu o Dr. Jorge Silva Carvalho quando era Secretário-Geral do PSD.

Cumprimentos,

ANTÓNIO VALLE
Adjunto



Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares
Rua Prof. Gomes Teixeira, 2 - 8º
1399-022 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 392 76 00
FAX + 351 21 392 78 60
www.portugal.gov.pt

De: Maria José Oliveira [mailto:moliveira@publico.pt]
Enviada: quarta-feira, 16 de Maio de 2012 17:15
Para: António Valle
Assunto: Questões do PÚBLICO

Boa tarde,

Na sequência da audição parlamentar do ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e porque as questões que se seguem não foram colocadas pelos deputados, venho questionar o seguinte:

1. Afirmou na 1ª comissão que apagou os emails diários com um “clipping” de imprensa que lhe eram enviados por Jorge Silva Carvalho. No entanto, algum tempo depois, disse lembrar-se da primeira mensagem: “Lembro-me que a primeira era: “George Bush visita o México. Fonte: Reuters””. Pode esclarecer se apagou ou não os emails?
2. Disse ter conhecido Jorge Silva Carvalho quando era secretário-geral do PSD (entre Março de 2010 e Junho de 2011). A última notícia da Reuters sobre uma viagem de Bush ao México data de 2007 e desde então a agência noticiosa não tem mais “takes” sobre qualquer viagem do antigo presidente dos EUA ao México. Com explica o hiato e desde quando começou a receber o “clipping”?

- Disse receber mais de dois mil sms por mês. Mas recordou ter recebido dois de Jorge Silva Carvalho com propostas de nomeações para os serviços de informação. Por que é que o ex-director do SIED lhe enviou sms com aquele conteúdo e em que data?

Maria José Oliveira



Maria José Oliveira

Jornalista

Público Comunicação SA
R. Viriato, 13; 3º andar
1069-374 Lisboa
Tel. 210111036
www.publico.pt
maria.oliveira@publico.pt

Boa tarde,

Na sequência da audição do ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares realizada ontem na 1ª comissão, venho questionar o seguinte:

O ministro afirmou lembrar-se da primeira notícia que recebeu no “clipping” diário de imprensa: “Lembro-me que a primeira era: ‘George Bush visita México. Fonte: Reuters’”, afirmou. Esta mensagem foi recebida em que altura?

Atentamente,
Maria José Oliveira

P.S.: Aguardo resposta até às 16h00, uma vez que a notícia será publicada na edição online do PÚBLICO.

Atentamente,
Maria José Oliveira



Maria José Oliveira
Jornalista

Público Comunicação SA
R. Viriato, 13; 3º andar
1069-374 Lisboa
Tel. 210111036
www.publico.pt
maria.oliveira@publico.pt